

A EPÍGRAFE LATINA COMO ELEMENTO DIDÁCTICO (XIX)

Acaba de ser defendida, com todo o êxito, na Faculdade de Letras de Lisboa, a tese de mestrado de Susana Gabriel Mendes dos Santos, intitulada *O Latim das Inscrições Romanas em Território Português até à Queda do Império*. Foi seu orientador o Doutor António Rodrigues de Almeida.

Praticamente desde a obra de A. J. Carnoy, *Le Latin d'Espagne d'après les Inscriptions* – que teve, em Bruxelas, em 1906 (!), a sua 2ª edição – que o tema não fora objecto de uma análise circunstanciada. Logo por esse motivo se há-de aplaudir a iniciativa ora concretizada. Contudo, para quem, de há uns anos a esta parte, vem terçando armas para elevar o documento epigráfico à categoria de objecto de análise nas disciplinas quer do ensino da língua latina quer das respectivas questões linguísticas, o aparecimento deste trabalho não pode deixar de agradavelmente surpreender. Permita-se-me, por isso, que lhe dedique esta nota.

A primeira grande questão que se colocou à mestranda foi: de que base vou partir? De que *corpora* vou lançar mão? E apresento os textos ou simplesmente os tenho na minha base de dados e só dou a conhecer os resultados da análise?

Explicitou Susana Santos os critérios adoptados, disse da bibliografia de que se servira e partiu na sistematização dos elementos que lhe poderiam trazer luz à questão: que latim é o das inscrições? Que o distingue de um latim literário? Que ‘desvios’ encontramos nos textos epigráficos passíveis de nos trazerem luz acerca da fonética (vogais, ditongos, consoantes – isoladas ou em grupos), da morfologia (nomes, pronomes, numerais, verbos), da sintaxe (casos, concordância, pronomes, numerais, verbos, coordenação e subordinação), do léxico (derivação, composição, renovação lexical, empréstimos, mudanças de sentido)?...

E concluiu:

«Em traços gerais, o latim das inscrições romanas do território português caracteriza-se pela manutenção de construções e pelo conservadorismo. No entanto, tal não implica que ele não partilhe características e fenómenos

comuns à epigrafia de outros locais e que não se integre no latim de todo o Império, apesar de algumas particularidades internas» (p. 112).

A finalidade primordial era, por conseguinte, debruçar-se sobre aquela parte, já habitual nos índices dos *corpora epigraphica*, que dá pelo nome de *grammatica quaedam*, na esteira do que se estipulou em meados do século XIX para as edições do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, levadas a efeito pela Academia das Ciências de Berlim.

Tratava-se, no fundo, de uma tarefa arrojada, como o seria a de se estudar o português patente nas lápides dos nossos cemitérios ou das inscrições que pululam pelas nossas cidades e retirar daí conclusões...

Fica bem claro que há uma linguagem literária (de um Cícero, de um César, de um Virgílio...); uma linguagem falada, de que, eventualmente, o teatro também poderá ser bom reflexo; e... uma linguagem epigráfica, onde as regras são muito rígidas (como a dos nossos requerimentos ou os hábitos dos nossos cemitérios) e a estereotipia (se assim se pode falar) tem mais força que a imaginação e o espírito inventivo.

Já se disse também que tal «estereotipia» não é rígida, ontem como hoje: nem todo o epitáfio proclama «eterna saudade»... A 'contaminação' das linguagens é bem patente, aqui e acolá, e ao epígrafista compete discerni-la, assim como averiguar se a determinada grafia se há-de dar importância semântica ou se a «exceção» verificada deriva doutros factores mais do nosso dia-a-dia, sem que daí se possam tirar essas ilações.

A onomástica grega

Louve-se, pois, a iniciativa de Susana Santos e do seu orientador. E fazemos votos para que outros lhes sigam o exemplo, até porque, pelo seu carácter inovador, há pistas de investigação que ora foram apontadas e que merecem atenção. Escreve, por exemplo, Susana Santos:

«Um aspecto interessante a aprofundar e que não tratámos por não se enquadrar no âmbito do nosso trabalho seria o estudo da presença grega no território português, tratando-se a onomástica e caracterizando-se essa população» (p. 112).

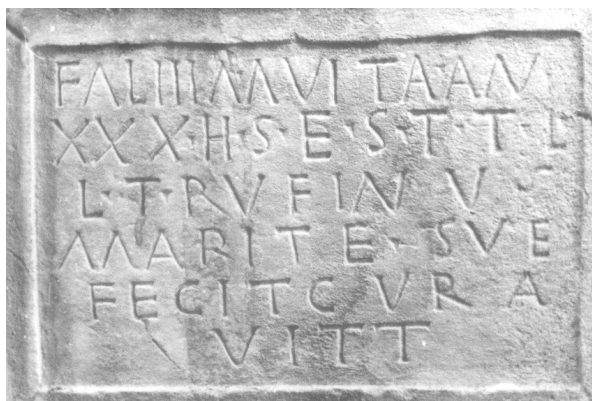
Concordo, por se tratar de tema sugestivo. Antes de mais, por Susana Santos ter utilizado o vocábulo «presença», a induzir-nos, portanto, a estoutra questão: a presença da onomástica grega será indício de presença de gregos no território actualmente português durante a época romana? Há dessa presença vestígios arqueológicos que a fundamentem?

Até ao momento, a resposta à segunda questão tem sido negativa: não se fala de «presença grega» mas sim de influência dos padrões antroponímicos gregos: era «bem» dar nome grego à sua escrava... Mas o repto lançado não deixa de ser mui aliciante.

Um exemplo

Aliciante é, também, obviamente, o tema geral da dissertação e gostaria, por isso, de, mediante um exemplo¹, melhor o explicitar.

Provém esta placa de que se apresenta fotografia da Herdade da Camuagem, freguesia de Vila Boim, concelho de Elvas, uma zona que, a dar crédito às conclusões ultimamente aceites, se situaria no *ager Emeritensis*, ou seja, directamente na influência da capital da Lusitânia e, portanto, em teoria, no meio de uma população rural sem dúvida, mas de hábitos culturais com uma ‘impregnação’ urbana considerável.



Interpretei:

FALIIIA [sic] · AVITA · AN(norum) · / XXX (triginta) · H(ic) · S(ita) · E(st) · S(it) · T(ibi) · T(erra) · L(evis) · / L(ucius) · T(erentius?) · R(V)FINVS / MARITE · SVE / FECIT CVRAVITT [sic]

¹ José d'ENCARNAÇÃO, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra, 1984, inscrição nº 585 [= IRCP].

*Aqui jaz Falcia (?) Avita, de trinta anos. Que a terra te seja leve.
Lúcio Terêncio (?) Rufino mandou fazer para a sua mulher.*

Trata-se de um texto deveras curioso, dadas as questões de linguagem que coloca.

Aceita-se, por ser comum, a grafia do dativo singular em **e** final, em vez do ditongo **ae** – e eu até ousava perguntar, a esse propósito, se não poderia ver-se aqui o vestígio claro da fala quotidiana em que dessa forma (como singelo **e**) seria lido o ditongo, em vez de se pensar num fenómeno gramatical mais complexo.

Interessante é, também, a fórmula final, que, geralmente, é *faciendum curavit* e vem em siglas, por ser tão comum. Que significado atribuir, pois, a esta inusitada expressão?

Em primeiro lugar, poderíamos deduzir que o dedicante terá querido sublinhar a sua directa intervenção na execução do monumento: foi ele quem o fez, saiu-lhe das suas próprias mãos, o que não admiraria, dado estarmos em terra de extracção de mármore e, portanto, de canteiros. Claro que, nessa circunstância, o normal seria *fecit curavitq(ue)* e estaria entendida a repetição do T, em vez do Q. Interpreto, porém, noutra sentido a distracção: as letras foram, certamente, delineadas primeiro na pedra mediante rudimentar escantilhão e, no momento da ténue gravação prévia, o *ordinator* – atento a cada letra de per si e não ao conjunto (como amiúde acontece até nos nossos dias) – escreveu duas vezes a mesma letra e o lapicida limitou-se a gravar, sem mais delongas, até porque, se calhar, de letras saberia muito pouco...

Esta consideração final leva-nos à primeira palavra do texto. Interpretei-a como *Falcia*, dubitativamente. Hoje, mais de vinte anos passados, as dúvidas mantêm-se e... aumentaram. Um *nomen Falcia* não é conhecido no *onomasticon* latino. *Fallia*, que Juan Manuel Abascal propõe², ainda que dubitativamente também, igualmente se não atestou ainda. Uma opção *Faleia* – entendendo os dois primeiros II como E (o que não é raro) – encontra a mesma objecção, a ausência de outros testemunhos, embora, na realidade, seja a mais consentânea com o que se lê na pedra. Gentílios em *-eius*, embora não muito frequentes, estão documentados, inclusive no *conventus Pacensis: Appuleius* (IRCP 190, 387a e 437), *Cocceius* (IRCP 256, 348 e

² ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Múrcia, 1994, p. 137.

492), *Fonteius* (IRCP 58 e 59)... Na primeira publicação do monumento³, o Padre Louro propusera *Falma*; trata-se, porém, de sugestão menos aceitável, porque – além de também se não atestar, requer-se ali um gentílico e a terminação *-ia* é, de certo modo, imprescindível. Como fazer então, se, inclusive, as hipóteses de estarmos perante um F que poderia estar por P ou PH não têm viabilidade, por falta de outros testemunhos?

Afigura-se-me, pois, este um bom exemplo susceptível de proporcionar reflexão no domínio em que a dissertação de Susana Santos se situa: o aparecimento de um nome insólito; a distração do lapicida (no caso dos dois TT finais); a influência da linguagem oral (na grafia de *ae* por *e*).

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

³ *Voz. do Santuário* 45-46 Set/Out 1949, p. 4.